



## **ATENDIMENTO CLÍNICO DE SURDOS POR PSICOPEDAGOGOS NÃO-PROFICIENTES EM LIBRAS: DESAFIOS E LIMITES**

*CLINICAL CARE FOR DEAF PEOPLE BY PSYCHOEDUCATIONALISTS WHO ARE NOT PROFICIENT IN SIGN LANGUAGE: CHALLENGES AND LIMITS*

*ATENCIÓN CLÍNICA PARA SORDOS POR PSICOPEDAGOGOS QUE NO DOMINAN LIBRAS: DESAFÍOS Y LÍMITES*

**Celso dos Anjos Junior<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Graduado em Psicopedagogia pela Universidade Cesumar, Maringá - Paraná, Brasil e em Tradução e Interpretação de Libras pela Faculdade Uníntese, Santo Ângelo – Rio Grande do Sul, Brasil.

111

Artigo recebido em 06/01/2022 aprovado em 14/08/2023 publicado em 30/08/2023.

### **RESUMO**

Este artigo discute a necessidade do domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), por psicopedagogos, quando do atendimento clínico de indivíduos surdos. A discussão baseia-se no questionamento da necessidade de efetividade comunicacional nos atendimentos psicopedagógicos com os indivíduos surdos, para que haja a correta avaliação e intervenção para com eles. Inicialmente, pontuam-se algumas questões gerais para a compreensão da Libras. Em seguida, foca-se na relação entre a Psicopedagogia e a Libras. Por fim, apresentam-se algumas considerações a respeito da discussão apresentada neste artigo. Esta discussão deu-se por meio da análise de bases teóricas tais como livros, revistas e artigos publicados. Verificou-se, portanto, neste estudo, a indissociabilidade do uso da Libras e sua efetividade, para o atendimento psicopedagógico clínico de indivíduos surdos.

**Palavras-chave:** Língua Brasileira de Sinais (Libras), Atendimento clínico, Surdo, Psicopedagogia.

### **ABSTRACT**

This article aims to discuss the need for psychoeducationalist to master the Brazilian Sign Language (Libras), when providing clinical care for the deaf people. The discussion is based on questioning the need of communicational effectiveness when considering the care of individuals with deafness, so a correct assessment and intervention can be made. Initially, it is pointed out some general knowledge for understanding Libras. Then, it is focused on this article the relationship between Psychoeducationalism and Libras. Finally, some final considerations were made regarding this presented discussion, which was built through the analysis of theoretical bases such as books, magazines, and published articles. It was verified, therefore, in this study, the inseparability of the use of Libras and its effectiveness, when providing clinical psychopedagogical care for the deaf.



**Keywords:** Brazilian Sign Language (Libras), Clinical care, Deaf, Psychoeducationalism.

### **RESUMEN**

Este artículo analiza la necesidad de que los psicopedagogos dominen el lenguaje de señas brasileño (Libras) al brindar atención clínica a las personas sordas. La discusión se basa en el cuestionamiento de la eficacia comunicacional, en el cuidado psicopedagógico de las personas con sordera, para una correcta valoración e intervención. Inicialmente, señalamos algunas preguntas generales para comprender Libras. Luego, nos enfocamos en la relación entre Psicopedagogía y Libras. Finalmente, se hicieron algunas consideraciones finales sobre la discusión presentada. La discusión se desarrolló a través del análisis de bases teóricas como libros, revistas y artículos publicados. Se verificó, por tanto, en este estudio, la inseparabilidad del uso de Libras y su efectividad, para la atención clínica psicopedagógica del sordo.

**Descriptor:** Lengua de Signos Brasileira (Libras), Atención clínica, Sordo, Psicopedagogía.

### **INTRODUÇÃO**

A proficiência<sup>1</sup> da Língua Brasileira de Sinais (Libras), por profissionais psicopedagogos clínicos, constitui-se pré-requisito indispensável para atendimento de indivíduos surdos<sup>2</sup>, uma vez que estes apresentam aspectos sociais, culturais e identitários próprios, compartilhados, principalmente, por intermédio da comunicação visual-espacial.

A Psicopedagogia apresenta-se como uma ciência inter e transdisciplinar, capaz de contribuir com as demais áreas, sobretudo, quando na presença de alguma dificuldade de aprendizagem. Diante disto, expõe-se o seguinte questionamento: será o profissional psicopedagogo clínico, sem a fluência comunicacional da Libras, capaz de ajudar a resolver os problemas de aprendizagem de indivíduos surdos? Desta maneira, além dos muitos impedimentos para aprendizagem, a surdez, antes de tudo, poderá ensejar uma barreira para a comunicação, a qual dificultará ou impedirá, por consequência, outros possíveis diagnósticos causadores da não aprendizagem.

Assim como os indivíduos ouvintes<sup>3</sup> com algum tipo de problemas de aprendizagem necessitam de suporte especializado, o trabalho com os indivíduos surdos, além de ferramentas e estratégias para as intervenções, é necessário que seja precedido por uma comunicação efetiva. Sendo assim, o alcance desta efetividade está ligado diretamente ao realce da Libras, cujo papel é fundamental, tanto para as avaliações quanto para as intervenções para com indivíduos surdos.

O presente trabalho está dividido em duas partes, na primeira será realizada uma abordagem sobre as questões gerais da Libras, considerando os seus aspectos socioculturais, históricos e identitários. Serão abordadas, ainda, questões relacionadas às principais barreiras comunicacionais na surdez. Na segunda parte, será feito um paralelo entre as ações psicopedagógicas e o uso da Libras, os desafios e os limites nesse tipo de atendimento bem como a apresentação de caminhos para uma psicopedagogia mais assertiva e inclusiva. Por fim, nas considerações finais, será feita uma retomada

<sup>1</sup> Denota qualidade, nível ou domínio na produção de um segundo idioma (DE SOUSA, 2020).

<sup>2</sup> Neste trabalho, considerará apenas o indivíduo com Deficiência Auditiva que usa a Libras como meio oficial de comunicação (QUADROS, 2017).

<sup>3</sup> Indivíduos não surdos (QUADROS, 2017).



dos assuntos abordados, com a finalidade de elucidar a preponderância do uso da Libras pelo psicopedagogo, em atendimento clínico, na busca pela maior efetividade nas intervenções com indivíduos surdos.

## ASPECTOS GERAIS DA LIBRAS

### Aspectos socioculturais, históricos e identitários da Libras

113

Os desafios do ensinar e do aprender nunca estiveram tão presentes como nos dias atuais. A maneira como se aprende é particular à cada indivíduo, por isso, os profissionais da educação e as equipes multidisciplinares precisam de estratégias específicas para alcançar a todos os sujeitos aprendentes, fazendo com que estes aprendam de maneira mais significativa os conhecimentos propostos, que são tão necessários à formação do indivíduo. Desta maneira, assim como acontece com os outros idiomas orais estrangeiros, para a compreensão do sujeito que os utiliza, a Libras e seus múltiplos aspectos, são necessários ao entendimento de indivíduos surdos.

O surgimento da Libras confunde-se com a própria história do Brasil. Em meados do século XIX, Dom Pedro II convida o professor surdo francês Ernest Huet para a implementação do atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), situado no Rio de Janeiro-RJ, para educação de surdos no Brasil.

Desde então, a surdez tem recebido diversas significações ao longo da história brasileira, sob o ponto de vista sociocultural, histórico e identitário, desde a sua caracterização puramente patológica e exclusivista, considerando os primeiros registros a partir da implantação do INES, até o seu reconhecimento como um meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda, por meio da promulgação da Lei 10.436/2002 (Lei de Libras) e sua regulamentação pelo Decreto-Lei 5.626/2005 (Regulamento da Lei de Libras).

O reconhecimento da Libras no cenário brasileiro atual e sua compreensão sociocultural, são frutos de sua construção ao longo do tempo, sob influência direta de fatores históricos e sociais, que contribuíram para a construção de aspectos culturais e identitários da comunidade surda contemporânea.

Para além da perspectiva da deficiência, é proporcionado aos indivíduos com surdez, condições de construção de identidade e cultura próprias. Segundo a Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), a Deficiência Auditiva<sup>4</sup> (D.A) caracteriza-se pelo impedimento de longo prazo e por sua natureza sensorial. Sendo assim, esta Lei vem assegurar as condições de igualdade dos indivíduos com surdez, assim como com impedimentos de outras naturezas, levando em conta, assim, os aspectos de ordem clínica. De outro modo, sob uma perspectiva socioantropológica<sup>5</sup>, permitiu-se a compreensão da surdez e do indivíduo surdo em seus múltiplos aspectos, com a materialização do reconhecimento da Libras como um meio legal de comunicação e expressão no Brasil.

Segundo Quadros e Karnopp (2007), considera-se a Libras, como uma língua de modalidade viso-espacial, pois o conjunto de sinais compartilhados é percebido pelos olhos, e a sua realização é feita pelas mãos, no espaço. É reconhecida, deste modo, como uma língua, pela Linguística, uma vez que esta lhe atribui o conceito de línguas naturais e não à considera um problema exclusivo do indivíduo surdo ou uma patologia própria da linguagem. Nunes (2011) acrescenta ainda, que o status de língua se

<sup>4</sup> Diz respeito à perda bilateral, parcial ou total da audição (BRASIL, 2004).

<sup>5</sup> Contrapõe à perspectiva clínico-patológica. Desenvolvimento do pensamento e linguagem por meio do uso da Libras e acesso à cultura surda (SKLIAR, 1998).



deve ao fato de que possui estruturas gramaticais próprias e é composta por diversos e complexos níveis linguísticos, a citar o morfológico, o sintático, o semântico e o pragmático.

Para Lopes e Neto (2006), a questão da experiência visual caracteriza o indivíduo surdo, considerando a língua de sinais, a luta por seus direitos, o empoderamento da sua comunidade e a experiência sob a sua própria ótica, que são, por sua vez, os principais marcadores culturais. Os autores pontuam ainda, que mesmo compartilhando de uma mesma cultura, os indivíduos surdos não possuem identidades fixas, muito pelo contrário, assim como os indivíduos ouvintes, são diferentes entre si e estão em constante mudança, como consequência das diversas histórias, relações com as famílias, escolas, religiões, dentre outros.

A evolução da Libras permitiu o seu reconhecimento como língua, por meio da Lei de Libras e de sua regulação. O exposto nesta Lei, formaliza aspectos que já haviam se consolidado no seio da comunidade Surda, ou seja, esta comunidade não existe em função das leis, mas sim, pelo estabelecimento da Libras como o principal meio de expressão, da cultura e de identidade próprias.

Segundo o disposto no art. 1º da Lei de Libras, “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002, s/n). Continuando, em seu parágrafo único, traz o seguinte esclarecimento:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, parágrafo único).

Por meio do ensino da Libras, de sua evolução e reconhecimento até os dias atuais, a língua consolidou-se em todo o território nacional, constituindo-se como a principal forma de comunicação da comunidade surda na atualidade.

O novo estabelecimento começou a funcionar em 1º de janeiro de 1856, mesma data em que foi publicada a proposta de ensino apresentada por Huet. Essa proposta continha as disciplinas de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Língua Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios (INES, 2015, s/n).

Constata-se, deste modo, uma crescente evolução na compreensão da importância e dos benefícios da difusão do uso da Libras pela comunidade surda e por ouvintes. A sua utilização promove acessibilidade, igualdade de direitos e ainda, desenvolve o empoderamento de aspectos culturais e sociais por esta comunidade, cooperando, assim, para desenvolvimento de seu potencial.

### **Barreiras comunicacionais na surdez**

Inicialmente, a configuração da surdez como barreira comunicacional se mostra um tanto equivocada, uma vez que a barreira se constitui na falta de comunicação e não na surdez em si. É por meio da utilização da Libras e de outros recursos de expressão a ela associados, faz-se possível haver uma comunicação plena entre os indivíduos surdos ou entre estes e indivíduos ouvintes. Crowe (2017) pontua que, para a maioria dos indivíduos surdos, sobretudo os pré-linguais, a comunicação, por meio da Libras, se mostra a mais eficaz.

Assim como nas línguas orais, na qual a comunicação é estabelecida por meio do idioma correspondente ou por outro aprendido e entendido pelos interlocutores, nas línguas de sinais há



necessidade de que a modalidade elegida seja majoritariamente gestual, com a percepção e a transmissão pelo canal viso-espacial, assim como se apresenta a Libras, visto que possui todos os aspectos linguísticos necessários à comunicação plena. Neste sentido, as barreiras na surdez podem ser constituídas de muitas maneiras. Por isso, apresenta-se, neste artigo, três das principais dimensões apresentadas por Sasaki (2006), às quais constituem barreiras para a interação de indivíduos com surdez, a saber, a barreira comunicacional, a programática e a atitudinal.

Ainda, para haver uma comunicação efetiva<sup>6</sup> entre dois indivíduos, é necessário que a modalidade utilizada seja dominada por ambos, bem como o uso correto de seus códigos, além da promoção de acessibilidade e a quebra de paradigmas. Assim, a barreira comunicacional se estabelece pela incapacidade de compreensão da língua e de seus códigos, exigidos para o diálogo. Segundo o contexto deste estudo, esta barreira apresenta-se quando o profissional atendente não dispõe da habilidade para se comunicar na língua do aprendente. Assim, “para que a população surda/DA receba um atendimento equitativo, é preciso que os profissionais e organizações estejam preparados para atendê-los” (LOPEZ; GRIEBELER, 2020, p. 182).

Neste sentido, Lopez e Griebeler (2020, p. 182) esclarecem, ainda que: “É necessário conhecer as diferenças dentro do universo da surdez para que seja utilizado o recurso de comunicação mais adequado e da preferência do cliente”. Desta forma, é de extrema importância que sejam considerados alguns fatores que podem influenciar a comunicação com pessoas surdas, como o grau de desenvolvimento da linguagem, o grau de perda auditiva, o período em que ocorreu a perda da audição, o grau de instrução, histórico ou até idioma principal do indivíduo (CHAVEIRO *et al.*, 2008).

Strobel (2009), apresenta a Libras como um instrumento ideal para a comunicação de indivíduos surdos que possuem esta língua como primeira língua (L1), assim como para indivíduos surdos que se identificam com a cultura surda. Ou seja, após o aprendizado da Libras, esta ainda servirá de base para o aprendizado da Língua Portuguesa como segunda língua (L2).

A barreira programática desconsidera a identidade com a qual o indivíduo surdo mais se identifica, ou seja, não leva em conta a individualidade deste. De acordo com o “The Americans with Disabilities Act”, nos Estados Unidos, a barreira programática diz respeito à concessão de “ajustes razoáveis” às pessoas surdas, para utilizar, de modo acessível, um serviço público ou de uso público (UNITED NATIONS, 2015). No entanto, é o prestador de serviço que determina qual recurso será utilizado. Desta forma, é o prestador de serviços que considera adequado ou não o serviço proposto ao indivíduo surdo.

Outrossim, “as barreiras encontradas nas leis e regulamentações estão relacionadas à escolha do recurso de comunicação adequado. A maior parte das situações ocorre no sistema de justiça e serviços de saúde” (LOPEZ; GRIEBELER, 2020, p. 183). Dentre estas barreiras, a atitudinal se apresenta com maior urgência, pois pressupõe a necessidade de uma mudança de postura diante das nossas diferenças. Romper esta barreira significa, também, uma mudança de postura diante das diversidades.

Lopez e Griebeler (2020) abordam o desconhecimento da cultura surda, revestidos de estereótipos e mitos, como as principais causas para o preconceito e estigmas diante da temática. Diante disso, Crowe (2017) alerta sobre os perigos do preconceito quando do atendimento de indivíduos surdos.

---

<sup>6</sup> Diz respeito à efetividade das ações. Presume as mesmas condições ofertadas aos indivíduos ouvintes. (DE ABREU, 2020)



As barreiras discutidas em meio a comunicação, não são exclusivas a nenhuma área, incluindo, portanto, as áreas da educação e da saúde. A natureza interdisciplinar da comunicação confere à Libras, e por consequência, às suscetibilidades quando da ausência de efetividade na relação terapeuta-paciente. Segunda a Lei de Libras, em seu art. 3º, a presença de profissionais intérpretes é garantida em instituições públicas e empresas concessionárias. A limitação à órgãos públicos é ainda mais agravada, quando se observa o art. 4º da mesma Lei, que prevê a garantia do ensino da Libras como integrante apenas de cursos de Licenciaturas, Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério. Além disso, como pontuam Rezende, *et al.* (2020), a falta de regulamentação legal de carga horária não garante formação adequada para uma comunicação efetiva.

Identifica-se que, para uma comunicação plena e efetiva, quando na relação com indivíduos surdos, é imperioso que seja lançado mão do canal de comunicação que ofereça maior compreensão, tanto pelo emissor quanto pelo receptor da mensagem. Nesse sentido, o uso da Libras apresenta-se como o principal instrumento a ser utilizado para a comunicação de indivíduos surdos.

### **Surdez: linguagem, comunicação e aprendizagem**

Considerando o exposto nos tópicos anteriores, torna-se mais fácil compreender que a barreira da surdez se sustenta pelo obstáculo da falta de comunicação. A Libras, por sua vez, estabelece-se como uma modalidade de comunicação amplamente utilizada pelos indivíduos surdos e ouvintes, que fazem parte da comunidade surda<sup>7</sup>. Desta maneira, a Libras constitui-se como um sistema de signos e instrumento indispensável da linguagem<sup>8</sup>, que busca o compartilhamento de ideias e o desenvolvimento da aprendizagem. Assim, a complexidade dos fatores que envolvem a surdez enseja modelos e estratégias de ensino capazes de permitir que todos os profissionais da saúde e da educação aprendam a Libras e possam atender, de forma efetiva, os indivíduos surdos, usuários desta Língua.

Ainda que os atendimentos psicopedagógicos clínicos sejam voltados, majoritariamente, para indivíduos em idade escolar, é muito importante evidenciar que a aprendizagem ocorre em todas as fases da vida, portanto, o foco dos atendimentos será sempre o indivíduo, com vistas a ajudá-lo a construir caminhos para a aprendizagem. Neste sentido, a comunicação e a linguagem configuram-se como indispensáveis à construção do conhecimento (DE DEUS, 2012).

Na escola o aluno surdo é assistido em momentos didático-pedagógicos em Libras, conduzidos preferencialmente por professor surdo, além de atividades no Atendimento Educacional Especializado (AEE) (DAMÁZIO, 2007). De igual modo, na clínica, o psicopedagogo também deve aplicar seus testes e avaliações em Libras para o desenvolvimento das habilidades requeridas.

A falta de interação do indivíduo com surdez e a utilização de outra língua, que não a Libras, pode acarretar uma comunicação deficitária, afetar a aquisição de habilidades cognitivas e seu desenvolvimento humano global.

A utilização da língua permite o desenvolvimento da linguagem, viabiliza a comunicação plena e permite ao indivíduo o desenvolvimento de sua cognição para a aprendizagem. Em contrapartida, a não utilização da Libras pode acarretar o subdesenvolvimento da capacidade cognitiva de comunicação e linguagem do indivíduo surdo. Da mesma maneira que a criança ouvinte, a surda precisa de estímulos

<sup>7</sup> Composta pelos indivíduos com surdez, seus familiares, tradutores e intérpretes de Libras e demais pessoas do círculo social desses (DE ABREU, 2020).

<sup>8</sup> Consiste na comunicação de ideias por meio da Libras, na relação entre homem e cultura (VYGOTSKY, 1995).



para que desenvolva a comunicação. É preciso que, tanto a escola quanto a família, propiciem às crianças momentos cada vez mais frequentes de estimulação da linguagem. A falta de comunicação se constitui como a primeira das várias barreiras encontradas na escola regular e, por vezes, na família, quando o indivíduo surdo é filho de pais ouvintes ou de pais surdos não usuários da Libras. De Deus (2012) pontua que a ausência do uso da língua pelo indivíduo surdo, neste caso, a Libras, pode impedir a comunicação ou a própria construção do conhecimento. A autora aponta também que:

A surdez não afeta a capacidade intelectual do indivíduo, nem sua habilidade para aprender, mas uma criança surda perde a estimulação linguística das crianças normais. Pode ainda ter problemas emocionais e psicológicos, alterações de aprendizado, alterações de fala, problemas no trabalho, insatisfação e solidão (DE DEUS, p. 201).

117

Neste sentido, isto significa que os estímulos ofertados naturalmente aos ouvintes, através do uso da Língua Portuguesa, são privados aos indivíduos com surdez, uma vez que estes não têm acesso à Libras, dificultando, deste modo, o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, além de apresentar potencial prejuízo a outros aspectos gerais de seu desenvolvimento.

A complexidade dos fatores que envolvem a surdez enseja o uso da Libras, além de modelos e estratégias de ensino, que são capazes de permitir que os indivíduos surdos aprendam. Dentre as propostas educacionais disponíveis à comunidade surda, o bilinguismo se mostra mais ajustado, uma vez que esta abordagem proporciona ao aprendente a utilização da Libras no cotidiano escolar e o Português na vida social (DAMÁSIO, 2007).

Segundo o autor, esta perspectiva foi iniciada com a regulamentação da Lei de Libras que, em sua proposta, prevê o aprendizado da Libras como L1 e o Português, na modalidade escrita, como L2, sendo consolidada pela Lei 14.191/2021, que altera a Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)), em seu artigo 3º, para a implementação da modalidade bilíngue na educação de surdos no Brasil. Para Quadros (2006, p. 7), o aprendizado da Libras como L1 por crianças surdas, proporciona maiores garantias de aprendizagem da escrita do Português.

Através da comunicação em Libras, o indivíduo surdo poderá se desenvolver de maneira plena, uma vez que o uso da língua de sinais e o seu relacionamento com o ambiente, contribuem para desenvolvimento das funções psicológicas superiores ao explorar aspectos próprios de sua cultura (VYGOTSKY *et al.*; 1995). Ademais, a aquisição da linguagem e das capacidades cognitivas advém da compreensão do abstrato, e esta é melhor absorvida pelo indivíduo surdo mediante o uso de sua língua natural.

Com isso, mesmo diante de uma sociedade, predominantemente usuária da Língua Portuguesa, deve-se oportunizar a Libras aos indivíduos com surdez, pois esta apresenta maiores possibilidades de desenvolvimento aos indivíduos surdos. Considera-se então, que a falta do desenvolvimento pleno das faculdades mentais do sujeito com surdez, poderá acarretar prejuízo em outras dimensões, e não somente na comunicação, propriamente falando.

## **PSICOPEDAGOGIA E A LIBRAS**

### **Psicopedagogo clínico e o uso da Libras**



Como visto anteriormente, a comunicação se mostra essencial para a atividade psicopedagógica clínica, uma vez que o profissional utilizará o diálogo como ferramenta principal para conhecimento do indivíduo, bem como em avaliações e intervenções propostas. Logo, diante do atendimento de indivíduos surdos, o uso substancial da Libras mostra-se indispensável à efetividade das abordagens.

O uso da Libras pelo psicopedagogo é essencial para o atendimento de surdos. Levando em conta que é por meio do diálogo que o psicopedagogo estabelece contato com o indivíduo, em todas as fases do processo interventivo, a compreensão plena da mensagem se dará apenas pelo uso de uma Língua comum à ambos.

A Libras deve ser eleita como a principal forma de comunicação entre o profissional psicopedagogo clínico e o aprendente surdo, pois a escolha do código para o processo comunicativo deve ser passível de decodificação pelo receptor da mensagem. Mediante esta afirmativa, a comunicação comum entre o emissor e o receptor se estabelece como pré-requisito para identificação de problemas relacionados a aprendizagem, ao passo que, o domínio da Libras permite ao psicopedagogo a utilização de métodos, instrumentos e recursos para as intervenções.

Da mesma maneira que para com os ouvintes, os elementos que participam do processo de transmissão de mensagens, também se apresentam quando da comunicação com indivíduos surdos, sem os quais não seria possível o estabelecimento da comunicação. Entretanto, considerando a modalidade gestual da Libras e a sua transmissão viso-espacial, há algumas observações muito importantes quando do atendimento psicopedagógico em ambiente clínico.

Sabe-se que tanto o emissor quanto o receptor da mensagem precisam compreender a mensagem. O canal pelo qual a comunicação ocorrerá, será por meio da sinalização e código utilizado no diálogo, e deverá ser, majoritariamente, a Libras. Esta forma não exclui, todavia, o uso do Português, dentro de uma perspectiva bilíngue<sup>9</sup>, tampouco outras estratégias e ferramentas, entretanto estas não substituem o uso da língua de sinais.

Para que haja uma comunicação efetiva, tanto a mensagem como o conjunto de elementos necessários à comunicação, deverão ser transmitidos de maneira fluida, sem que haja ruídos que a atrapalhem ou a impeçam. Desta maneira, a efetividade da comunicação materializar-se-á com feedbacks positivos, de ambas as partes, em função do conhecimento, a utilização assertiva dos instrumentos e ferramentas próprias da psicopedagogia, possibilitados pelo conhecimento da Libras e de sua cultura. A concepção do uso da Libras encontra sustentação na Lei de Libras, considerando os seus aspectos inclusivos e o seu potencial para a transmissão de ideias e fatos. Esta Lei considera que, para a promoção da acessibilidade, tal como se apresenta aos ouvintes, há a necessidade de que os serviços prestados priorizem os aspectos culturais dos indivíduos surdos, considerando para tal, que o psicopedagogo utilize uma comunicação objetiva e corrente por meio da Libras.

Por consequência, o domínio da Libras se estabelece como requisito para a utilização de métodos, instrumentos e recursos próprios cabíveis para a intervenção psicopedagógica, sobretudo em ambiente clínico, considerando que, caso não haja compreensão do que está sendo dito, inviabilizará os procedimentos subsequentes.

Para o atendimento de indivíduos surdos, Pereira (2014) evidencia a urgência no aprendizado da Libras e de seus aspectos culturais para a formação do profissional psicopedagogo. Reafirma, ainda, a necessidade do domínio desta língua para condução do processo interventivo em indivíduos surdos,

<sup>9</sup> Esta perspectiva considera o ensino da Libras como L1 e a Língua Portuguesa como L2, em sua modalidade escrita (DE ABREU, 2020).



para que se possa oportunizar a ressignificação destes indivíduos, diante dos conhecimentos aprendidos e das dificuldades apresentadas por eles.

Mediante o exposto, verifica-se, então, que não há como desvincular o atendimento psicopedagógico clínico e a necessidade do domínio consciente da Libras pelo profissional psicopedagogo, uma vez que esta língua se mostra indispensável à compreensão do indivíduo surdo e de seus anseios, assim como a todo o processo interventivo.

### **Desafios e limites para o atendimento clínico de indivíduos surdos**

Compreender o processo de aprendizagem do indivíduo surdo é fator fundamental para os diagnósticos e intervenções. Considerando a complexidade dos diversos problemas identificados por esta ciência, o trabalho do psicopedagogo clínico se mostra ainda mais desafiador, quando do atendimento desses indivíduos. Além da barreira linguística, o profissional deverá lançar mão dos escassos materiais, meios e estratégias presentes na literatura, para a identificação do porquê da não-aprendizagem, de modo que o indivíduo possa aprender com sucesso.

O atendimento psicopedagógico apresenta ainda mais desafios em atendimento clínico de indivíduos surdos, uma vez que, apesar dos trabalhos interventivos serem sempre em caráter multidisciplinar, quando em ambiente clínico, o psicopedagogo não dispõe de um suporte especializado imediato, assim como em ambientes escolares. Nestas condições, os psicopedagogos podem contar com o auxílio de profissionais intérpretes de Libras e os profissionais do AEE.

Além disso, muitas outras limitações são impostas pela barreira comunicacional, tais como a escassez de materiais, meios e estratégias específicas para intervenções junto à comunidade surda. Deste modo, os desafios e os limites impostos ao atendimento de indivíduos surdos, pressupõe a necessidade da supressão das barreiras apresentadas e a busca por caminhos que viabilizem os atendimentos.

Antes de tudo, faz-se necessário a eliminação de barreiras comunicacionais. Ao passo que o psicopedagogo consegue romper com estas barreiras e identificar os possíveis motivos da não-aprendizagem, este conseguirá conduzir o processo como com os ouvintes, atentando-se, sobretudo, às particularidades do sujeito, de sua língua e de sua cultura.

Com o objetivo de ilustrar as barreiras na comunicação de indivíduos surdos em atendimentos clínicos, pela falta de acessibilidade, este trabalho abordará algumas descrições e análises sobre a percepção destes, em estudos sobre atendimentos em serviços ofertados por profissionais da saúde nos anos de 2019 e 2020, em quatro diferentes Estados brasileiros.

Segundo Santos e Portes (2019), o Estado do Rio de Janeiro apresenta os principais resultados e constatações, observando que cerca de 83% dos indivíduos surdos alegaram nunca terem sido atendidos por profissionais da saúde que dominassem a Libras; 61% disseram que não são compreendidos se não estiverem acompanhados de um ouvinte; 82% declararam não compreender o diagnóstico; 70% não compreendem as orientações sobre o seu tratamento a partir das estratégias de comunicação com uso de escrita, leitura labial ou mímica; e a maioria se sente insegura após o encontro clínico, quanto ao diagnóstico e ao tratamento recomendado.

É possível verificar que a ausência de um mediador (intérprete ou acompanhante) é causador de, pelo menos, 63% de chance de desistência dos indivíduos surdos, quando na busca por serviços de saúde.



Constata-se, também, que a falta de intérprete nos atendimentos, alcança um índice de 85% e a não utilização da Libras pelo profissional atendente, um total de 78%, limitando ou inviabilizando o atendimento.

Rezende *et al.* (2020) apresenta os principais resultados e constatações na cidade de Belo Horizonte-MG, considerando que, do total de indivíduos surdos entrevistados, 63,5% se autodeclararam “surdo”, 51,3% são bilíngues e 54,4% não estão satisfeitos com o atendimento médico. Destes, a maioria não se mostrou satisfeita com os atendimentos médicos recebidos, uma vez que a presença de intérpretes se mostrou pouco efetiva. Segunda esta estatística, percebe-se que há a necessidade da implementação de estratégias capazes de garantir acessibilidade integral para promoção de saúde da comunidade surda.

As pesquisas citadas demonstram manifestações das principais barreiras encontradas, quando do atendimento ofertados por profissionais da área da saúde. Ressalta-se que, a falta da acessibilidade estende-se a diversas outras situações, como por exemplo, em emergências e catástrofes, acesso ao Sistema Jurídico, cultura e lazer (LOPEZ *et al.*, 2020).

É preciso que haja a compreensão do processo de ensino-aprendizagem do indivíduo surdo, fator fundamental para os diagnósticos e intervenções. Considera-se, para isso, as possibilidades de que os motivos da não-aprendizagem possam advir de fatores internos ou externos ao indivíduo. O diagnóstico será possível, por meio do estabelecimento de vínculo terapêutico, de uma investigação minuciosa sobre o que o indivíduo sabe e como ele aprende.

Vygotsky (1984) apresenta que o processo de aprendizagem é resultado da apropriação de conhecimentos quando o indivíduo se relaciona com o meio. A manutenção desta relação que o impulsiona para o desenvolvimento.

É preciso levar em conta as questões na articulação da família, na escola e na sociedade. As complexidades observadas poderão necessitar de trabalhos interventivos junto as estas esferas sociais, a fim de minimizar as barreiras externas e tornar o trabalho mais eficaz, quando realizado em ambiente clínico, possibilitando assim, que o indivíduo aprenda.

Assim, segundo Fernandes (2019, p. 102) “O profissional psicopedagogo busca articulações entre a família e o aprendiz como mediador de conflitos e desvelando a posição do atendido em sua família, escola e contexto social”.

É necessário, também, considerar a necessidade de trabalho conjunto com outros profissionais multidisciplinares, necessários para realização de outras avaliações e intervenções, que sejam capazes de compreender o indivíduo surdo em seus múltiplos aspectos, além da utilização de outras ferramentas próprias de cada área do conhecimento.

Segundo Polity (2004, p. 138) [...] o pensamento sistêmico, tido como uma visão da realidade que se baseia no estado de inter-relação e de interdependência de todos os fenômenos físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais, transcendendo as atuais fronteiras das disciplinas e dos conceitos, configurando uma estrutura inter-relacionada de múltiplos níveis de realidade multidisciplinar.

É preciso, ainda, que haja a disponibilização de materiais específicos ou adaptados para o trabalho com os indivíduos surdos, cabendo salientar, ainda, que as estratégias serão individualizadas, necessitando, portanto, de abordagens e intervenções ajustadas à cada necessidade. Além disso, o trabalho do psicopedagogo clínico, quando no atendimento de indivíduos surdos, se mostra ainda mais desafiador ao considerar os diferentes tipos de transtornos de aprendizagem que podem acometer os indivíduos em geral, além dos específicos associados à surdez.



O indivíduo surdo, por possuir um comprometimento sensorial, pode desenvolver algum transtorno de aprendizagem, uma vez que a ausência da Libras como L1 pode acarretar atraso no desenvolvimento da linguagem e por consequência prejuízo na aquisição do Português como L2 e na modalidade escrita. Esta condição poderia caracterizar o transtorno clássico da disgrafia, segundo Zorzi (2005), materializa-se uma vez que o indivíduo apresenta perda no desempenho acadêmico, além de apresentar muitas limitações ao se relacionar com o mundo, considerando a habilidade deficitária.

Logo, ao perceber os limites e desafios para o atendimento de indivíduos surdos, o psicopedagogo clínico deve buscar ferramentas essenciais para possibilitar estes atendimentos, o que implica na mudança de postura do profissional e adoção de caminhos para a efetivação dos atendimentos, assim como em atendimento de sujeitos ouvintes.

### **Caminhos para uma psicopedagogia mais efetiva e inclusiva**

Considerando o exposto no tópico anterior, pode-se então discutir alguns apontamentos para promoção da inclusão de indivíduos surdos nos atendimentos psicopedagógicos clínicos sem, contudo, explorar toda a extensão do tema ou esgotá-lo, visto que o objeto de estudo é, consideravelmente amplo e que objetivo principal é apenas apontar alguns caminhos para a inclusão e efetividade nestes atendimentos.

A efetividade dos atendimentos psicopedagógicos se dará à medida em que se procura preencher lacunas, como a da necessidade e do domínio da Libras para atendimento de indivíduos surdos. A descoberta de caminhos mais inclusivos inicia-se pelo desenvolvimento da consciência profissional, diante das necessidades apresentadas por cada indivíduo. Perpassa, ainda, pela observância das previsões legais e o incentivo às instituições de ensino superior públicas e privadas, para implantação de disciplinas específicas de Libras e formação de profissionais psicopedagogos nos cursos de graduação e pós-graduação.

Nesse sentido, observa-se que as formações desses profissionais carecem de disciplinas específicas e aprofundadas para a compreensão da Libras. A grande maioria das entidades de formação superior ofertam apenas disciplinas introdutórias de Libras com transmissão rasa de conhecimentos sobre a temática. De igual forma, a literatura psicopedagógica se mostra consideravelmente insipiente sobre esta temática, considerando a grande diversidade identitária dos indivíduos surdos e a complexidade das abordagens à cada caso em específico.

Dessa maneira, é muito importante que, além da reestruturação nas disciplinas de Libras na formação do psicopedagogo, haja incentivo na produção de estudos que subsidiem os profissionais psicopedagogos, sobretudo em atendimento clínico, para atendimentos mais assertivos de indivíduos surdos.

Para a efetividade e inclusão nos atendimentos psicopedagógicos, é necessário o domínio profundo da Libras e do indivíduo surdo, a observância dos aspectos legais a respeito da temática, o incentivo para formações mais qualificadas e a capacitação profissional contínua dos atendentes. Significa que, somente por meio da compreensão da Libras, dos indivíduos surdos e dos muitos aspectos relacionados a eles, a psicopedagogia se fará mais efetiva e inclusiva.

Ainda que algumas legislações ligadas à Educação tenham sido atualizadas ou criadas nas últimas décadas, como a Lei de Libras, que prevê a implementação do ensino da Libras em Cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, este ainda se limita ao campo teórico e não abarca



outros cursos com as mesmas necessidades. Há a necessidade, deste modo, de mais propostas para remodelação das diretrizes curriculares em diversos cursos de formação universitária, bem como em cursos de especialização.

Na maioria dos cursos ofertados por diversas instituições de ensino superior, sobretudo na rede privada de ensino, as disciplinas de Libras são escassas, eletivas e por vezes optativas. Desta maneira, profissionais não incluídos no Art. 3º do Regulamento da Lei de Libras, mas que trabalham com a educação ou com intervenções na aprendizagem, como a Psicopedagogia, não dispõem do ensino da Libras enquanto universitários. Assim sendo, o profissional formado não apresenta habilidade gestual comunicativa suficiente, para ajudar os indivíduos surdos no processo de aprendizagem.

Diante da insuficiência dos conhecimentos sobre a Libras na grande maioria dos cursos superiores ofertados no Brasil, é preponderante que os profissionais psicopedagogos busquem a realização de cursos de especialização, extensão ou até mesmo de capacitação profissional, junto aos demais profissionais da educação, com o intuito de adquirirem conhecimentos consistentes para o trabalho com os indivíduos surdos.

A aquisição destes conhecimentos, acerca da Libras, de sua cultura e de toda a influência que seu uso é capaz de exercer para possibilitar o aprendizado do indivíduo surdo, não se restringe à sala de aula e tampouco a conteúdos exclusivos de alguma disciplina. É preciso, portanto, uma postura ativa por parte de quem atua, como preceitua Freire (1996, p. 77):

Constatando, nos tornamos capazes de *intervir* na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do simplesmente a de nos adaptarmos a ela. É por isso também, que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem *estuda* [...]. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos *constatando* apenas.

Além dos conhecimentos adquiridos nos bancos escolares ou em outros cursos, é fundamental ao psicopedagogo clínico, a elaboração e/ou utilização ampla de materiais específicos para trabalhar com os indivíduos surdos, pois a maioria dos materiais disponíveis não atendem às especificidades destes indivíduos. Neste sentido, os aspectos culturais, identitários, sociais, comunitários, dentre outros, são desconsiderados, fazendo com que os atendimentos não tenham a qualidade e resultados esperados ou até mesmo possam surtir resultados contrários aos esperados, prejudicando ainda mais o indivíduo com surdez.

Neste Sentido, Lopes e Brás (2015) afirmam que, é através do estudo do processo de construção do conhecimento, o psicopedagogo decifra elementos essenciais que impedem a aprendizagem, por meio do uso de ferramentas e estratégias de aprendizagem efetivas, para a superação das dificuldades pelos indivíduos surdos.

Da mesma maneira que a qualificação profissional proporciona embasamento teórico-prático aos profissionais psicopedagogos, as contribuições científicas, por meio de pesquisas sobre a temática, se mostram importantíssimas para o aprimoramento e compreensão do processo de ensino-aprendizagem, criação de novos materiais, adaptação e aperfeiçoamento de materiais já existentes, os quais têm por finalidade permitir ao profissional ferramentas mais apropriadas para a realização de intervenções em indivíduos surdos.

A integração dos conhecimentos técnicos com os científicos otimiza o desenvolvimento da práxis da Psicopedagogia em todo o sistema educacional. Segundo Sá *et al.*; (2008), através da interação



com outros profissionais atuantes na área, na busca de uma prática coerente e sistematizada, o psicopedagogo desenvolve seu próprio embasamento-teórico.

Assim, a conscientização e eliminação das diversas barreiras possibilitam o compartilhamento do fazer psicopedagógico e as suas contribuições para a comunidade surda. Do mesmo modo, a capacitação profissional está ligada diretamente com a promoção de acessibilidade. Ao capacitar-se, o profissional psicopedagogo propaga a Libras e oferece a possibilidade de atendimento especializado a indivíduos surdos com problemas de aprendizagem.

De acordo com Do Pinho *et al.* (2020), a acessibilidade dos serviços se configura por meio da capacitação e compromisso profissional. Com a retirada das principais barreiras, sobretudo as ligadas à comunicação por meio da capacitação, o profissional psicopedagogo clínico possibilita o atendimento de indivíduos surdos.

A observância da necessidade de maior efetividade no atendimento de indivíduos surdos mostra-se indispensável ao processo de inclusão destes, tanto em ambientes escolares quanto clínicos. Neste sentido, são consideradas as questões gerais e as individuais de cada sujeito que se comunica, que aprende e que se desenvolve.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A relação entre o fazer psicopedagógico e o sucesso na efetividade das intervenções em indivíduos surdos estabelecem uma relação de dependência no domínio da Libras, já que a compreensão do indivíduo, de suas dificuldades e necessidades se farão por intermédio da comunicação.

Assim, é possível afirmar que, o domínio da Libras por profissionais psicopedagogos, para atendimento de indivíduos surdos constitui-se fator essencial para o sucesso avaliativo e interventivo destes. Mesmo considerando os muitos desafios e limites que se interpõe entre o fazer psicopedagógico e o indivíduo surdo que aprende, deve-se considerar, sobretudo, as especificidades de cada um.

Na primeira parte do texto foram apresentados aspectos gerais da Libras e a sua relação com a linguagem, a comunicação e a aprendizagem pelo indivíduo surdo. Analisou-se como os aspectos socioculturais, históricos e identitários contribuem na formação desse e como a Libras se mostra fundamental para comunicação e aprendizagem. Neste sentido, foram compartilhadas algumas pesquisas em que indivíduos surdos de quatro Estados brasileiros dizem como se sentem mediante à falta de acessibilidade em atendimentos clínicos na área de saúde.

Em seguida, o artigo expôs a relação entre a psicopedagogia e a presença da surdez, demonstrando como a comunicação, por meio da Libras, mostra-se essencial para o atendimento psicopedagógico, pois constitui como um pré-requisito para a comunicação efetiva, pela qual os envolvidos conseguem compreender um ao outro, pelo uso de um mesmo código. Por último, o artigo versou sobre os possíveis caminhos para que a psicopedagogia percorra, a fim de proporcionar, de forma concreta, acessibilidade e inclusão efetiva aos indivíduos surdos, quando do atendimento clínico. Assim como a compreensão da língua para a comunicação, esta também permite a identificação de problemas ligados diretamente à comunicação ou transtornos que impedem a aprendizagem.

Considera-se que os objetivos propostos foram alcançados, entretanto, pela pouca exploração do tema e escassez de trabalhos específicos sobre a discussão, foram utilizados alguns resultados de perspectivas paralelas com outras áreas da saúde, diante disto, não foram possíveis análises mais precisas. A discussão evidenciou a hipótese de que são muitos os limites e desafios para o atendimento psicopedagógico clínico de indivíduos surdos e o domínio da Libras constitui-se como um fator essencial



para que aquele ocorra de maneira sucedida. Os prazos pré-estabelecidos, as citações e os dados para a realização e a conclusão deste trabalho foram suficientes. Por fim, era esperado que os resultados desta discussão evidenciassem aspectos específicos da psicopedagogia, entretanto, em virtude de sua amplitude e similaridade com outros serviços ofertados aos indivíduos surdos em todo o Brasil, é relevante que estas considerações sejam aplicadas a áreas correlatas.

Em virtude da psicopedagogia e da Libras serem recentes, somados à carência da exploração destes assuntos na literatura brasileira, sugerem-se explorações futuras deste tema, e outros a ele associados, com a finalidade de contribuição científica e ajuda prática na condução dos atendimentos dos profissionais psicopedagogos, quando do atendimento de indivíduos surdos.

Assim, é imperioso que, ao indivíduo surdo, seja oferecido um acompanhamento compatível com as suas necessidades, a fim de que os seus anseios e de suas famílias sejam alcançados. De igual modo, é extremamente importante que os profissionais psicopedagogos busquem o conhecimento a despeito das dificuldades encontradas durante todo o processo, como forma de superarem as barreiras que porventura se apresentem.

#### AGRADECIMENTO

À minha esposa que acredita no meu trabalho, me incentiva e me apoia em todos os meus projetos.

---

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

---

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**: disposições constitucionais pertinentes: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. 2015.

BRASIL. **Língua Brasileira de Sinais – Libras**: Dispõe sobre a Libras como meio legal de comunicação e expressão: Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. 2002.

BRASIL. **Regulamento de Leis**: Dispõe sobre a regulamentação da Lei de Libras e do Art. 18 da Lei de Acessibilidade às pessoas com deficiência: Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. 2005.

BRASIL. **Regulamento de Leis**: Dispõe sobre a regulamentação das Leis 10.048 de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de novembro de 2000: Lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. 2004.

CROWE, T. You're Deaf? Breaking through myths for effective therapeutic practice. **Journal of social work in disability & rehabilitation**, v.16, n. 3-4, p.230-246, 2017.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento especializado educacional**: pessoa com surdez. 2007.

DE ABREU, M. C. B. F. Abordagem socioantropológica da surdez, Língua de Sinais e Educação Bilíngue: uma perspectiva histórica e cultural. **R. de Didat. e Psic. Pedag.**|Uberlândia, MG|v.4|n.3|p.711-734|set./dez. 2020.



DE DEUS, M. de L. F. Surdez: linguagem, comunicação e aprendizagem do aluno com surdez na sala de aula comum. **Revista Anápolis, Seminário de Pesquisa em Educação da rede municipal de ensino de Anápolis: Desafios e Possibilidades**, v.3, n.1, 2012.

DE SOUSA, A. N.; LOHN, J. T.; QUADROS, R. M. de; DIAS, L.; NEVES, N.; GUSMÃO, G. Quadro de referência da Libras como L2. **Fórum Linguístico**, v. 17, n. 4, p. 5488-5504, 2020.

DO PINHO, B. B. A.; PORTUGAL, A. C. M.; BARBOSA, B. B. Acessibilidade. **Revista Eletrônica TECCEN**, v.13, n.2, p.12-17, 2020.

FERNANDES, A. C. C. Os surdos e o fracasso escolar: A compreensão do fenômeno da aprendizagem e seus processos na aquisição de uma língua materna. **ÚNICA Cadernos Acadêmicos**, v. 3, n.1, p.92-107, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25 ed., São Paulo, Paz e Terra; 1996.

LOPES, M. C.; NETO, A. V. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. **Perspectiva**, v.24, n. 3, p.81-100, 2006.

INES. 2015. **Conheça o INES**. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>. Acesso em: 10/12/2021.

LOPES, K. G. F.; BRÁS, W. A. L. **A Psicopedagogia como Mediadora do Processo de Ensino Aprendizagem da Leitura e da Escrita do Surdo**. Editora Arara Azul. Petrópolis, 1 set, 2015.

LOPEZ, M. H.; GRIEBELER, W. R. Barreiras de Acessibilidade Enfrentadas por Pessoas Surdas no Setor de Serviços: Uma Revisão Integrativa da Literatura. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, v.10, n.17, p.165-191, 2020.

NUNES, J. D. **A escolarização do surdo: discutindo metodologias e a importância do intérprete em libras**. Universidade de Brasília. Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento. Brasília, 18 maio, 2011.

PEREIRA, K. Á. Psicopedagogia: uma análise sobre a singularidade linguística e cultural dos surdos. **Cadernos de Educação**, n.47, p.58-72, 2014.

POLITY, E. Intervenções multidisciplinares na escola. Uma visão psicopedagógica. **Revista Psicopedagogia**, v.21, n.65, p.135-145, 2004.

QUADROS, R. M. de. **Língua de herança: língua brasileira de sinais**. Penso Editora, 2017.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. São Paulo: Artmed, p. 30, 2007.



*Anjos Junior, Celso dos 2023* – ATENDIMENTO CLÍNICO DE SURDOS POR PSICOPEDAGOGOS NÃO-PROFICIENTES EM LIBRAS: DESAFIOS E LIMITES

REZENDE, R. F.; GUERRA, L. B.; CARVALHO, S. A. da S. Satisfação do usuário surdo com o atendimento à saúde. **Revista CEFAC**, v.22, 2020.

SÁ, M. S. M. M.; DO VALLE, B. de B. R.; DELOU, C. M.C.; DE OLIVEIRA, E. S. G.; GOUVÊA, F.; MELLO, H. C. S.; MAZZILLO, I. B.; NOGUEIRA, M. L. L.; ROSA, S. P. S. **Introdução à psicopedagogia**. 2 ed., Curitiba, IESDE; 2008.

SANTOS, A. S.; PORTES, A. J. F. Percepciones de sujetos sordos sobre la comunicación en la Atención Básica a la Salud. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.27, 2019.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010. **Scientific American**, v.55, p.53-59, 2006.

SKLIAR, C. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Dimensão, 1998.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. rev. Florianópolis. Ed. da UFSC, 2009.

UNITED NATIONS. **Accessibility and Development**: mainstreaming disability in the post-2015 development agenda. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/2013/12/accessibility-and-development-mainstreaming-disability-in-the-post-2015-development-agenda/>. Acesso em 9/12/2021.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S.; ÁLVAREZ, A.; DEL RÍO, P. **Problemas del desarrollo de la psique**. Visor, 1995.

ZORZI, J. L. Os distúrbios de aprendizagem e os distúrbios específicos de leitura e da escrita. In: Britto ATBO. **Livro de fonoaudiologia**. São José dos Campos, Pulso Editorial, p.217-30, 2005.